



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
Avenida Odilon de Araújo, nº 1296, - Bairro Piçarra, Teresina/PI, CEP 64.017-280
Telefone: , - <http://www.incra.gov.br>

EDITAL Nº 676/2022

Processo nº 54000.073697/2022-81

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA, no Estado do Piauí, usando das atribuições que lhes são conferidas através da Portaria/MAPA/N.º 100, de 10 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 11/03/2022 e, conforme o Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 24/03/2020.

NOTIFICA o(s) beneficiário(s) relacionado(s) no quadro abaixo para efetivar o recolhimento das parcelas em atraso do Crédito de Instalação.

Beneficiário	CPF	Código do Beneficiário	PA	Município	Modalidade de crédito
MARIA DE FÁTIMA DA CONCEIÇÃO	██████████ 15	PI093600000054	BACURI	MIGUEL LEÃO-PI	APOIO INICIAL I (Decreto Nº 8.256)
ROSILENE FERREIRA LIMA	██████████ 30	PI093600000002	BACURI	MIGUEL LEÃO-PI	APOIO INICIAL I (Decreto Nº 8.256)
MARIA ANTÔNIA VIEIRA DOS SANTOS SOARES	██████████ 00	PI093600000017	BACURI	MIGUEL LEÃO-PI	APOIO INICIAL I (Decreto Nº 8.256)

O prazo para efetivar o recolhimento das parcelas em atraso ou para apresentar recurso em face da decisão é de 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação deste Edital.

O pagamento dos valores devidos será efetuado por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, a qual deverá ser obtida por V.Sa na Sala da Cidadania ou na Divisão Operacional da Superintendência Regional do Incra neste Estado, ou pelo portal do Incra na internet.

Caso tenha sido efetuado o pagamento das parcelas, deverá ser apresentado junto ao Incra, no prazo de 30 (trinta) dias, o comprovante para fins de baixa do débito.

Informamos que o não pagamento ou não apresentação defesa escrita, no prazo indicado nesta notificação ensejará o encaminhamento do débito para inscrição em dívida ativa do Incra e a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis, entre as quais a inscrição de devedor nos serviços de proteção ao crédito, a execução judicial, e o registro no cadastro informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal – CADIN.



Documento assinado eletronicamente por **Thais Silva Pires de Moura Nogueira, Superintendente**, em 07/10/2022, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14367580** e o código CRC **E579A383**.

